



# Um modo “português” de ser polícia. Cooperação policial e virtuosismo pós-colonial num mundo lusófono

## A “Portuguese” Way of Being a Policeman: Police Cooperation and Post-Colonial Virtuosity in the Lusophone World

SUSANA DURÃO

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

*sdurao@unicamp.br*

**Resumo:** Este artigo visa analisar aspectos sociais e morais da formação e treino de polícias africanos e brasileiros em Portugal. Com a intenção de comparar estas duas experiências, procuraremos analisar neste artigo as diferentes incidências políticas e sociais dos formatos da cooperação. Com base na análise de 115 entrevistas realizadas aos professores do instituto superior de polícia e aos alunos brasileiros e africanos evidenciaremos como os grupos de alunos africanos, por um lado, e os brasileiros, por outro, têm diferentes visões de carreira e sobre o modo como poderão vir a aplicar localmente o conhecimento que adquirem nesta circulação.

**Palavras chave:** Formação policial; Cooperação internacional; Portugal; Países lusófonos.

**Abstract:** This article aims to analyze social and moral aspects of the training of African and Brazilian police officers in Portugal. In order to compare these two experiences, we try to examine the different social and political implications of cooperation formats. Based on the analysis of 115 interviews to police institute teachers, African and Brazilian students we will show how African students on the one hand, and Brazilians on the other, have different views about their careers and about how they can apply locally the knowledge they acquire in this circulation.

**Keywords:** Police training; International cooperation; Portugal; Lusophone countries.

Neste texto pretendo descrever a dimensão moral e política no ensino pela imagem e pelo exemplo de oficiais de polícia em formação em Portugal. Demonstrarei como esta pedagogia, levada a cabo pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), não apenas abarca altos quadros do estado português como se expande por entre redes de oficiais em países africanos e brasileiros, alicerçando um tipo de cooperação internacional pós-colonial marcado pela lusofonia.<sup>1</sup>

A pedagogia pela imagem e pelo exemplo utilizada na polícia portuguesa remonta e reconfigura, desde os anos 1980, uma ideologia institucional histórica da fundação moderna da Polícia de Segurança Pública (PSP) na transição do século XIX para o XX. Os programas de treino oferecidos, embora pensados para nacionais, incluem cooperantes oriundos de países de língua oficial portuguesa e do Brasil, apontando uma estratégia concreta da diplomacia policial praticada no país. O artigo propõe alinhar os vários aspectos incluídos na dimensão da formação de futuros líderes de polícia, os diferentes tempos e modalidades da cooperação internacional em curso e os efeitos da promoção, por via da formação, de um certo nacionalismo institucionalista e lusófono da polícia e do estado português nas biografias dos alunos cooperantes a frequentar este instituto. Um dos efeitos morais desta formação é a sustentação de noções estatais de oficiais de polícia como sujeitos de virtude, prolongado numa certa ideia de cooperação lusófona e mesmo lusotópica. Sugiro que ‘virtudes’ são idealizações e práticas relacionadas com a realização de bens intrínsecos a essas práticas (Widlok 2004, 2014). No contexto em estudo, trata-se de ensinar a ser polícia como um bem pessoal, nacional, linguístico e pós-colonial.

Para melhor se entender os contornos desta cooperação internacional irão explicar as formas de conversão da PSP<sup>2</sup> ao Estado democrático português no contexto de adesão à União Europeia e o papel da formação de novos oficiais e lideranças nesse

---

<sup>1</sup> Este artigo discute alguns resultados do projeto científico “COPP-LAB: Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil”, com financiamento integral da Fundação para a Ciência e a Tecnologia [FCT PTDC /IVC-ANT/5314/2012] em execução durante 30 meses entre 2013 e 2015 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com coordenação geral de Susana Durão e assistência de pesquisa de Joana Oliveira, Pedro Ferreira e Tiago Chaves. Numa primeira fase, a pesquisa combinou trabalho de campo de longa duração com observação das rotinas de trabalho, formação e convívio no ISCPSI. Numa segunda fase, vários pesquisadores realizaram missões etnográficas de curta duração (entre 20 e 60 dias) em cada um dos países africanos cooperantes (Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e no Brasil (especificamente em Brasília). Foram entrevistados alunos em diferentes estágios da sua vida, quer enquanto cadetes e aspirantes em formação, durante os cinco anos lectivos no curso ou a frequentar os mestrados não integrados, quer enquanto profissionais, atuantes nos seus países de origem, incluindo os oficiais portugueses. Até Janeiro de 2015, 115 pessoas foram presencialmente entrevistadas, tendo cada encontro a duração média de 180 minutos.

<sup>2</sup> A PSP é a segunda maior instituição policial portuguesa, dividindo com a Guarda Nacional Republicana a responsabilidade pelo patrulhamento regular, ordem e segurança interna, ambas contando com um contingente de aproximadamente 45 mil profissionais num país com cerca de 10 milhões de habitantes. No sistema de policiamento português, a PSP tem duas características principais que a distinguem da GNR, sobretudo após a restauração democrática de finais dos anos 70: o seu pendor civilista e o policiamento das regiões urbanas.

processo. Em seguida, detalho as dinâmicas morais da admissão de cadetes africanos, todos oriundos de países que foram ex-colónias portuguesas. A descrição da passagem de oficiais do Brasil pelo ISCPSI irá evidenciar as particularidades e distinções de uma segunda fase, mais recente, da cooperação. Será importante entender o desenho moral da constituição de sujeitos de virtude.<sup>3</sup> O texto culmina com a proposta de leitura da realidade de formação de polícias cooperantes em Portugal como uma política que desigmo por virtuosismo pós-colonial. Começo por oferecer ao leitor e leitora a oportunidade de mergulhar nas formaturas diárias dos alunos e nas rotinas da vida estudantil no ISCPSI. Esta descrição pretende oferecer os elementos etnográficos da pedagogia da virtude moral que serão discutidos nas subseqüentes seções do texto.

## 1. FORMATURAS E PEDAGOGIAS DA VIDA ESTUDANTIL

Diariamente, ao toque da campana que se escuta em todo o edifício, centenas de alunos brancos e negros acorrem ao átrio principal do claustro do antigo Convento do Calvário, em Lisboa, convertido desde 1985 numa prestigiada academia para oficiais da Polícia de Segurança Pública. Muito mais homens que mulheres dispõe-se em sentido em filas regulares e geométricas, constituindo quatro grupos (cada grupo um curso/ano) separados por estreitos corredores. Por essas passagens circula o comandante responsável pelos alunos, mais particularmente o responsável pela disciplina chamada Instrução do Corpo de Alunos (ICAL), onde os responsáveis seguem com uma impressionante acuidade a trajetória moral e normativa de cada aluno.<sup>4</sup> Ele é o oficial da "casa" indicado para fazer a vistoria, de modo mais ou menos vigoroso e, dependendo da sua disposição pessoal no dia, repreendendo ou poupando os alunos. Em frente a

<sup>3</sup> Esta questão teórica alude a uma dimensão da vida social que tem merecido recente atenção nas ciências sociais: a antropologia moral. Inserindo-se numa tradição que remonta a Durkheim, Weber e Foucault, moral e ética são dimensões sociais e humanas a descrever, explicar e analisar como problemas com dimensões subjetivas e públicas, não um aspecto normativo ou ideal a prescrever. Desde os anos 80, o mundo tornou-se global tem visto crescer inúmeros posicionamentos morais, ele está repleto de justificações e lutas virtuosas. Os antropólogos não podem deixar de colocar nas suas mais diversas agendas de pesquisa também o estudo destas dinâmicas. A virada moral tornou-se objecto de reflexão antropológica em si mesma (Fassin 2014, 2015a, 2015b). Tal como outros autores, neste texto uso como sinónimos moral e ética (Lambek 2015).

<sup>4</sup> Esta disciplina é a única no conjunto de mais de trinta disciplinas que acompanha o aluno em toda a sua trajetória no ISCPSI. O objetivo não é a transmissão de um corpo formal de saberes mas sim gerir, individual e colectivamente, o comportamento individual e a predisposição para o colectivo dos alunos. Assim, é nesta disciplina que eles aprendem a ordem unida, de acordo com o regulamento da PSP. A matéria é ministrada por um conselho de três comandantes do ISCPSI, professores desta e igualmente de outras matérias. É comum o Corpo de Alunos fazer uma avaliação e aconselhamento individual aos alunos. Esta é a primeira instância de defesa ou de acusação dos alunos junto às comissões pedagógicas e científicas onde se discutem as suas avaliações finais e outras políticas da academia. O Corpo de Alunos é uma espécie de salvaguarda moral do instituto e também um vigilante atento, por vezes severo.

cada grupo está o cadete que ganhou o estatuto de chefe de curso por se destacar nas avaliações, mérito que tende a ter um histórico de consenso entre os professores. No rito se manifesta, desde logo, a tensão entre liderança (hierarquia) e a irmandade simbólica (igualdade). Este é o ato da formatura matinal de todos os cadetes que estão a frequentar o curso de formação de oficiais de polícia (CFOP), o principal e permanente meio de treino oferecido pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), definido como uma academia avançada para formar oficiais.

Às 7h45 da manhã em ponto e durante os quinze breves minutos que dura a cerimónia, nenhum aluno pode falhar, envergando o uniforme de estudante, apresentando-se com aprumo. Um ou outro é autorizado a estar em fato de treino desportivo, por se encontrar lesionado devido à elevada carga de exercícios físicos diários. Neste lugar se juntam os quatro grupos correspondentes aos quatro anos de internato no ISCPSI, ali estão os 124 alunos das oito turmas existentes. Cada ano, cada curso é constituído de duas turmas; nos últimos anos cada uma delas tem à volta de 16 recrutados. Entre a maioria de cadetes de tez branca, visualizamos alunos e alunas negros e pardos, oriundos de países africanos lusófonos. Não deixa de ser surpreendente a presença de cadetes africanos numa rotina e num curso montado para os portugueses, porta de entrada obrigatória para quem vai ser oficial da PSP.<sup>5</sup> Ali angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos e são-tomenses se juntam aos cadetes denominados “nacionais”. Timidamente desde meados de 80 e como política assumida desde 1990, os alunos oriundos de países de língua oficial portuguesa, denominados de “cooperantes” ou “PALOP”, constituem em média 20% do efetivo total de alunos do CFOP. Anos houve em que os protocolos de cooperação tinham tal abrangência que enchiam as turmas de angolanos ou são-tomenses, mas o número de vagas e a percentagem da sua presença no instituto acabou por se estabilizar.

Quem não se faz presente na formatura? Estão livres das obrigações de formatura os alunos a cursar o quinto e último ano do CFOP. Este é o momento em que os cadetes se tornam aspirantes e se envolvem numa rotina de estágios e saídas mais regulares do instituto e, conseqüentemente, do regime de internato e seus ritos diários. Os aspirantes simulam a passagem à vida profissional de um comandante de esquadra – em geral o primeiro cargo que quando formados, como comissários, os alunos portugueses irão ocupar. No último ano do curso, cada aluno terá de escrever e defender uma dissertação de mestrado, grau de equivalência académica que o ISCPSI conquistou em 2010 junto ao Ministério de Educação, apelando à uniformização do ensino superior proposto pelo Processo de Bolonha. Também não se fazem presentes na formatura os

---

<sup>5</sup> A carreira técnico-policial implica uma divisão entre carreira de base (agentes e chefes) e uma carreira de nível superior (actualmente englobando a generalidade dos oficiais). Tal significa que a formação académica se tornou o processo hegemónico de acesso ao estatuto de oficial, não podendo existir progressões diretas ou por qualquer outro tipo de avaliação de mérito. A maioria dos recrutados, mais de 80% dos alunos, não teve qualquer ligação prévia à polícia, entrando muito jovem e com o ciclo de escolaridade completo. À excepção dos cooperantes de São Tomé, todos os recrutados em África são mais velhos e já da carreira de polícia de base.

alunos dos mestrados não integrados ou de outros cursos mais ocasionalmente oferecidos pelo ISCPSI. Nos mestrados abertos vamos encontrar invariavelmente vários oficiais oriundos do Brasil, país com que se estabeleceu mais recentemente uma nova cooperação. Todos eles são profissionais de carreira da Polícia Federal ou de polícias estaduais, civis e militares que chegam ao ISCPSI com um estatuto que cadetes nacionais ou cooperantes não atingiram.

Da formatura matinal os cadetes obrigatoriamente se encaminham para as salas de aula. Ao entrar em cada sala todos se colocam de continência e em sentido frente às carteiras individuais, esperando a assentimento do professor para ficar à vontade e se sentar. Dali em diante vão receber 50 minutos de aulas, na maior parte das vezes sem direito a interrupções, com um intervalo de 10 minutos entre as sessões. Às 12h, toca de novo a campana e todos irão fazer corpo presente no ato da formatura idêntico ao da manhã, precedendo o almoço. A esta hora o rito envolve boa parte da escola; os oficiais, chefes e outros trabalhadores subalternos que pausam exatamente no mesmo horário deslocam-se às galerias do velho convento para assistir *in loco* ao momento. Logo em seguida os alunos fazem fila à porta da cantina, onde com agentes e chefes, trabalhadores do ISCPSI vão almoçar, permanecendo rigorosamente separados do espaço da messe onde comem os oficiais, professores e convidados ilustres. Excetuando os dias de projetos sociais, compromissos coletivos no exterior do instituto e torneios desportivos, a rotina de ensino da manhã é retomada da parte da tarde até às 17h. No final de dias sobrecarregados de informação, os cadetes possuem umas poucas horas de estudo, até ao jantar. Usam esse tempo para lazer e convívio na ampla sala de cadetes equipada com TV, aparelhos de som, mesas de bilhar e confortáveis sofás de couro. Depois do jantar, às 21h, há recolher obrigatório para os quartos. Estes espaços mais íntimos serão ocupados por todos os cadetes, nacionais e cooperantes conjuntamente, separados por sexo, aonde as condições de habitabilidade vão melhorando conforme os alunos prosseguem no curso. Os cadetes dos primeiros anos são destinados a camaratas partilhadas por sete a oito companheiros. Quando aspirantes, passam a ocupar um quarto duplo, com espaço de estudo próprio. Nos finais de semana, os alunos são autorizados a juntar-se às famílias e a maioria retira-se do instituto; não os cooperantes. Tirando os que têm redes de parentesco constituídas em Lisboa ou nas suas imediações – em geral mais os cabo-verdianos e são-tomenses e menos os angolanos e moçambicanos – estes alunos fazem da academia a sua casa permanente até ao final do curso.

Convém lembrar que embora o CFOP tenha apenas parte do corpo de alunos a frequentar e até a habitar temporariamente as instalações deste instituto, ele concentra a maior parte da carga política, administrativa e logística do lugar e são eles que fazem o lugar. Os alunos que são formados para vir a ser oficiais de polícia dispensam muito tempo à aprendizagem do direito (constitucional, penal, administrativo, policial, e direitos fundamentais), à estratégia e técnicas policiais, às humanidades, economia e política, história e cultura portuguesas, envolvendo-se em uma série de desportos individuais e coletivos. Sem um quadro de professores próprio, sensivelmente metade dos docentes não tem formação policial. A academia sustenta-se num modelo que

conjuga de modo denso uma filosofia penal e técnica e, também, uma formação universalista interdisciplinar – ocorrendo no seio de um modelo de vigilância apertada e transmissão de valores morais. De acordo com o decreto-Lei nº 275/2009 de 02 de Outubro, a escola promove um modelo “de formação integral do aluno” ou, como escreveu um antigo professor, tem a ambição de “modelar o corpo e alma do sujeito” (Paymal 2011: 86).

Destes jovens oficiais em formação espera-se que vão eles mesmos transmitir em esquadras, divisões e comandos as “virtudes do oficial de polícia”; “Camaradagem, disciplina, dedicação, inteligência, justiça, isenção, humanismo, firmeza, coragem, responsabilidade, solidariedade, tolerância, prudência, humildade, perseverança, honradez, honestidade e lealdade” são as virtudes eleitas, definidas em uma lista de substantivos, concatenando uma moral cristã (ou jesuítica, como diz Paymal (2011: 86) de cidadão-modelo e uma ética combativa – enaltecendo o sujeito ético-policial. O substantivo é mais que o adjetivo, exprime substância e exigência, não apenas atributo; é uma asserção moral não uma consideração. Nesse sentido, é impossível aos alunos escapar à constante substantivação da formação policial. Todas as virtudes estão bem visíveis nas colunas do claustro e em vários outros quadros afixados nas paredes do instituto, nomeadamente à entrada da sala de cadetes, ou na página web do instituto<sup>6</sup>. Elas são promovidas em várias cerimónias e em conversas com os oficiais mais velhos e antigos alunos. Ou seja, o ensino exemplar que os cadetes recebem deve estar configurado no corpo, na farda e no carácter de cada um, também potenciais transmissores dessa pedagogia pela imagem em direcção aos seus subalternos, chefes e agentes.

Além do tipo de formatura diária descrito, que marca as rotinas, organiza e hierarquiza as trajectórias dos estudantes, há um outro momento fundamental na vida destes: a formatura como rito de passagem universitário. Os alunos finalistas, aspirantes de polícia, preparados para ingressar na vida operacional de comando, vão voltar ao claustro para celebrar e receber o diploma de um curso de oficial de polícia com equivalência a mestrado. Esta é a formatura singular e exemplar por excelência, em simultâneo académica e auspiciando o comando. Em algum momento da cerimónia a frase em latim, alusiva à divisa na descrição hieráldica, ressoará nos seus ouvidos: *Victoria discentium gloria doctium* (“A vitória dos alunos é a glória dos professores”). Com o diploma e uma nota os finalistas portugueses irão concorrer aos diversos comandos regionais do país, começando por liderar pequenas unidades de esquadra. A avaliação final que alcançaram no curso irá posicioná-los numa situação mais ou menos favorável. E vai acompanhá-los toda a vida, abrindo ou fechando portas em regiões, nos comandos mais procurados e na carreira superior. Fará parte da boa ou má reputação de cada um na comunidade profissional de polícias nacional e entre a elite dos oficiais (menos de 4% de um efectivo onde a grande maioria é agente). Mas os cooperantes que chegam ao final do ciclo, presentes na formatura, festejam e temem. Festejam

<sup>6</sup> Visualizar em: <<http://www.iscpsi.pt/OInstituto/VirtudesDoOficialDePolicias/Paginas/default.aspx>> (27.02.2016).

pela dimensão técnica adquirida, a “bagagem” que levam para o seu país, pelo fim do sacrifício da deslocação prolongada, pela capacidade de sobrevivência financeira, pela ultrapassagem das dificuldades de adaptação cultural, pela possibilidade de serem considerados “filhos da Escola”, como muitos me disseram, e poderem eventualmente voltar. Temem pela incógnita face ao futuro, no plano de carreira e no plano pessoal e familiar. Várias fotos festivas vão ser publicadas nas suas páginas pessoais do Facebook.

Num curso de longa duração (um mínimo de cinco anos), as formaturas diárias não são ritos de instituição de pouca monta. Parece uma evidência dizer que as rotinas performativas da ordem unida comunicam, neste caso, ordem, disciplina e moral. Está hoje amplamente difundido na teoria antropológica que os rituais têm eficácia (como definiu Marcel Mauss), resolvem ou diminuem conflitos (de acordo com Victor Turner), transmitem determinados conhecimentos (segundo Edmund Leach), são ações performativas elas mesmas sujeitas a mudança e improvisos (como sublinha Stanley Tambiah).<sup>7</sup> Mas utilizo este rito como uma porta heurística para entender a pedagogia virtuosa, as políticas expressas e seus efeitos na formação de oficiais de polícia, aspectos que irei analisar nas seções seguintes deste texto acerca do universo pedagógico e de conversão moral pós-colonial.

## 2. A CONVERSÃO DA POLÍCIA AO ESTADO DEMOCRÁTICO

A criação da Escola Superior de Polícia foi um dos grandes marcos da democracia portuguesa e foi a primeira [das academias de polícia] nesse modelo universitário, também a nível europeu, a nível internacional; acredita numa visão e promove um pensamento de liberdade e de dignidade da pessoa humana, de respeito aos direitos fundamentais, como uma das grandes missões do estado português e da constituição. Surge da ideia de uma polícia ao serviço do cidadão e ao serviço da democracia, defensora da democracia. Penso que está a surtir o seu efeito, está a ganhar espaço na sociedade portuguesa e isso é importante que aconteça (04.08.2014).

Assim começou a entrevista ao superintendente Manuel Valente que, além de professor de Direitos Fundamentais no CFOP, tem sido um dos maiores promotores dos protocolos de cooperação e internacionalização lusófona da polícia. Antes de avançar com a explicação do processo e dinâmicas da cooperação, e consequentes políticas e efeitos da pedagogia da virtude, é importante salientar que esta instituição de ensino surge num contexto de imposição, externa e doméstica, de transformações da polícia em Portugal no curso da segunda metade dos anos 1980. Como é possível antever na entrevista e confirmar no cotidiano escolar, as discussões sobre a constituição democrática portuguesa e direitos humanos vão-se tornando, desde finais de 1980, parte

<sup>7</sup> Revisão teórica sucinta e interessante poder ser lida no livro de Mariza Peirano onde a autora defende, recorrendo a uma famosa frase de Lévi-Strauss que “rituais são bons para pensar e bons para viver” (2003: 47).

obrigatória se não central da pedagogia dos novos oficiais e, simultaneamente, símbolo de uma viragem ética da polícia e do estado português. Embora a ESP surja como projeto em 1979, com participação ativa de juristas mas também de oficiais do exército, esta ministra o seu primeiro curso de oficiais no ano letivo de 1984/85 e só então começa, progressivamente, a ganhar protagonismo na sociedade e estado portugueses. Tal acontece num ambiente discursivo de subordinação da constituição portuguesa à Convenção dos Direitos do Homem, exigência internacional dirigida pela Comunidade Económica Europeia como pré-requisito para a adesão em 1986 de Portugal à então Europa dos 15. Um dos requisitos desta adesão seria precisamente a reforma das polícias portuguesas. Como me disse um oficial no gabinete de estudos da Direção Nacional da PSP em 2001: “Era preciso a PSP virar-se para os cidadãos, assim como Portugal estava se virando para a Europa”.

O processo de conversão das polícias à democracia manifestava-se moroso e indeciso. Entre o fim da ditadura, imposto pela Revolução dos Cravos em 1974, e o final do século, o processo de reforma das forças foi descrito como lento, quando comparado com o processo mais acelerado do pós-franquismo espanhol onde a polícia já era e se tornou mais militarizada (Cerezales 2010). Entre 1974 e 1985 os movimentos cívicos portugueses não consideravam a polícia como membro da nova política democrática, o que levou a PSP e a GNR a se retirarem do conflito social e das ruas, mantendo no entanto tensões internas nas corporações e organização de assembleias para discutir que fim teriam as polícias na ordem democrática. Paradoxalmente, o que conduziu a um abrandamento da reforma policial foi o legado autoritário e a própria revolução (*idem*; Pinto 2001). Para os movimentos civis, o uso da força policial significava fascismo. Como ilustrou um superintendente que entrevistei: “A conjuntura obrigou-nos a ficar durante uma década retidos nos quartéis e comandos”. Para muitos polícias e militares a revolução de Abril tinha sido traumática. Experimentavam a fragilização da sua autoridade e a crise do estado.

Depois da demora política, a retoma da autoridade policial deu-se, em grande medida, por intermédio da criação e afirmação de um novo quadro de oficiais de polícia no estado português, lideranças mais jovens agora sem passagem pelas forças armadas. A ideia de um recrutamento de homens e progressivamente mulheres sem ligação prévia à própria PSP, com o ensino médio completo, podendo ou não ter prestado serviço militar, foi um marco fundamental para a valorização da carreira técnica-policial, mesmo se o desenho do oficialato mantinha traços da carreira militar (Durão 2008). Quando em 1999, no bojo de uma reforma legal e organizacional de fundo da PSP se decidiu rebaptizar a ESC, nenhum oficial escapava a cinco anos de formação superior no renomado ISCPSI. Os novos oficiais, promotores de uma força policial reconvertida e próxima dos cidadãos, foram o meio pelo qual a PSP e o estado português procuraram apagar da opinião pública e do senso comum a imagem de práticas policiais violentas associadas a um dos mais longos períodos ditatoriais da história (Durão 2012; 2016).

Quando entrevistei Alberto Costa, ministro da administração interna que daria início ao processo de mudança da PSP entre 1995 e 1997, este esclareceu: “Nós que-



ríamos mudar os conceitos, mas que os conceitos fossem entendidos a partir de dentro. A grande norma a mudar era aquela que ditava que a PSP teria que ser comandada por um general do exército. O governo almejava “civilizar” a PSP”.<sup>8</sup> Neste contexto “civilizar” carregava uma dupla acepção moral: a conversão, através das chefias da polícia, a uma força civilista e, simultaneamente, a afirmação pública de que o policiamento seria reconhecido por uma tendência “pós-militar” (Shaw 1991). Um dos marcos simbólicos desta procura de legitimidade social da força por intermédio dos seus oficiais, processo que todos reconheciam implicar o tempo de uma transição geracional, viria com a nomeação governamental de Paulo Valente Gomes a Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública em 2012. Celebrado por políticos, oficiais de polícia, operacionais, sindicalistas e pela mídia, este seria o primeiro chefe máximo oriundo da polícia, o primeiro aluno formado com alto mérito no ISCPSI e defensor de uma polícia de estilo preventivo, respeitadora dos direitos humanos e internacionalizada. Ele inauguraria uma tendência: a promoção a lideranças máximas de oficiais da própria força.

O apoio da população à atividade policial, e aceitação do seu papel de ator na mediação dos conflitos sociais viria, na mesma sequência, no final da década de 1990, com a afirmação do policiamento de proximidade. Esta política de policiamento tornaria os novos oficiais muito mais visíveis e midiáticos, capazes de promover uma imagem de polícia urbana moderna e europeia. Mais do que uma política eficaz de serviço ao cidadão, com programas específicos, a proximidade revelou-se um símbolo da modernidade portuguesa e europeia, com adeptos entre os jovens oficiais que surgiram para ocupar os lugares de direção estratégica, como é o caso do hoje superintendente e Diretor Nacional Adjunto José Oliveira que dedicaria uma tese sociológica e livro ao tema (Oliveira, 2006). Assim, a noção de proximidade, tomada de empréstimo de uma experiência criada e abandonada pelo governo francês, não se restringiria aos “militantes da proximidade”, como na nação gaulesa (Katane 2002: 73). À entrada do século XXI, por via de uma ideia difusa mas omnipresente de proximidade, associada à manutenção de um mapa alargado de pequenas esquadras de bairro nas cidades, acessíveis e defendendo um estilo policial preventivo, a PSP e o Estado recuperariam para si a autoridade e legitimidade que lhes permitiria reocupar as ruas. Em suma, em Portugal, modernidade europeia confunde-se com proximidade, proximidade confunde-se com policiamento de esquadra de bairro e esquadra com a reocupação policial das ruas.

Pretendi demonstrar que a internacionalização da polícia ocorreu num momento histórico em que se transformava a imagem doméstica da PSP. A pergunta seguinte a ser feita era: a quem poderia a instituição passar lições morais e ajudar a converter à ideia de estado democrático e europeu à portuguesa? A PSP lançava-se agora no tempo

<sup>8</sup> Em 1997, o uso de excessiva carga policial sobre trabalhadores que ocupavam uma fábrica em Santo Leuvaria Costa, a proferir uma mediática frase: “Esta não é a minha polícia”. Devido à força simbólica das suas declarações seria levado a renunciar ao cargo de ministro da administração interna cujo mandato durou dois anos e é, até hoje, o mais difícil de sustentar até ao fim. Anos mais tarde, escreveria um livro com o mesmo título, lembrando as suas motivações e projetos reformistas. Em *Esta (Não) é a Minha Polícia* (2002) oferece uma definição de proximidade que inclui a expansão das esquadras de bairro.

da cooperação, um tempo que apesar de abraçar princípios de projeção humanista europeus se fundamenta em ansiedades morais e identitárias de um passado grandioso imperial fundado em ideais e redes lusófonas.

### 3. OS TEMPOS DA COOPERAÇÃO

#### Cadetes africanos e oficiais brasileiros

A fase de reafirmação da polícia em Portugal durante os anos de consolidação democrática apontam um caminho: a procura de uma modernização “por cima”, exaltando os oficiais como sujeitos de virtude ao serviço do Estado português, podendo almejar posições de decisão política porque passam por uma longa formação estratégica e académica. Quando iniciava o trabalho de campo sobre policiamento em Portugal, no início de 2000, após uma conferência, procurei marcar uma entrevista com uma prestigiada e conhecida procuradora da república sobre o tema. Esta negou, sem hesitações, alegando que eu deveria recorrer ao ISCP, onde se encontravam “as cabeças” da Polícia; eles sim haviam mudado a concepção de polícia em Portugal, sublinhou. Com o decorrer do tempo compreendi que esta era uma noção amplamente partilhada entre profissionais de vários ramos do Estado e da justiça em Portugal. Nesta reverenciada instituição, tida como exemplar para toda a polícia e para o Estado, eu mesma, após ver o meu trabalho sobre polícia e policiamento amplamente publicado e divulgado, seria convidada a lecionar as disciplinas de sociologia entre 2010 e 2013, a alunos de nacionalidade portuguesa e oriundos de países africanos. Mais tarde, viria a conhecer, noutros cursos de mestrado do instituto, os alunos oficiais brasileiros.

Desde finais de 80, alunos cooperantes são convidados a frequentar, ao lado dos nacionais, um curso garantido pelo estado português. Dos 976 alunos que passaram pelo CFOP, 191 são cooperantes (quase 20% do corpo de estudantes). Cabo Verde foi o país a dar um passo em direcção ao treino na antiga metrópole, logo em 1988. Os primeiros cooperantes seriam admitidos no 5º CFOP. Desde então, nunca mais cessou a cooperação. Em 1995, foram acolhidos os angolanos, em 1998 os moçambicanos e guineenses e, por último, em 1999, os são-tomenses. O efeito destes acordos na vida dos alunos ultramarinos tem essencialmente duas fases: entre final da década de 1980 e 2000, eles estavam presentes mas eram ainda relativamente invisíveis, mantidos sobretudo com recursos e apoios do Ministério dos Negócios Estrangeiros (por intermédio do Instituto Camões). Muitos oficiais confirmam que os cadetes cooperantes estavam relativamente alijados da vida social da instituição. A partir de 2000, contrariando a retração no apoio dos governos portugueses e apostando em bolsas oferecidas pelos ministérios do interior dos países (para o caso de Moçambique e Angola), o ISCP entra numa fase de intensificação da cooperação lusófona.<sup>9</sup> É assim incentivado o apoio

<sup>9</sup> Nas narrativas do apoio, oficiais e professores narram o caso dos são tomenses como os mais pobres

logístico e financeiro tanto do próprio instituto, onde consensualmente ninguém anseia pelo fim dos protocolos, como do Ministério da Administração Interna (como parte do orçamento da PSP). São criadas normativas e apertada vigilância moral para estimular o convívio dos nacionais com os cooperantes africanos e, mais tarde, com oficiais brasileiros. O Brasil assina os primeiros protocolos em 2007 e, em 2008, são integrados no mestrado não integrado os primeiros delegados de polícia desse país. A cooperação é perspectivada pelos oficiais da PSP como uma obrigação moral: "Eles são parte da vida do ISCPSI; já não nos imaginamos sem a presença dos PALOP e dos brasileiros", disse-me em 2013, em entrevista, o comandante responsável pela disciplina normativa do CFOP, a ICAL. Numa das últimas conversas que tive com o diretor da academia, em 2014, este referiu, com orgulho, que estava a fazer esforços para reforçar a presença dos alunos africanos no CFOP, abrindo mais vagas para eles com o intuito de atrair mais mulheres.

Desde o início da cooperação, a inclusão de cadetes africanos no CFOP significa que se espera deles uma perfeita mimetização dos seus colegas na aprendizagem do modelo de estado e de polícia portugueses. Não há adaptação mútua e nem contemplação institucional em relação ao universo de onde surgem os cooperantes. A condição de aprendizagem não é negociável: os alunos de países lusófonos leem e aprendem o código penal português, a constituição portuguesa, os direitos fundamentais europeus, etc. Como tenho defendido, a pedagogia do exemplo e da imagem é a base de um curso que é sustentado em princípios de mérito virtuoso, mérito académico e modelação do carácter pessoal. Mas no caso dos cooperantes há algo mais: eles devem seguir o exemplo de oficiais e de colegas portugueses, procurando neles imagens para poder integrar as rotinas desta academia. Ou seja, nas componentes do mérito está presente um ingrediente nacionalista e pós-colonial, uma justificação constante da supremacia histórica e policial de uma nação, de uma língua e de um estado no contexto do mundo tido por lusófono. Isto é manifesto se analisarmos duas dimensões que caracterizam a participação destes alunos no curso: a não-uniformização do recrutamento e as políticas virtuosas da lusofonia.

## Recrutamentos

O primeiro aspecto diz respeito à constituição social daqueles que acedem ao CFOP, através dos processos de recrutamento de alunos. O recrutamento dos cooperantes parece ser um processo bastante idiossincrático e sem regras estabilizadas. A ampla maioria dos alunos africanos que integram o curso é oriunda da carreira de base da polícia nos seus países de origem e, muitos, realizaram previamente cursos internacionais de formação policial. Ao longo dos últimos vinte e oito anos, a seleção e a integração destes alunos no instituto foi sendo transformada de acordo com critérios estabelecidos

---

da cooperação, chegando a Portugal sem visto e sem recursos materiais que tomam como indicadores do abandono do seu estado.

em cada estado. Nos primeiros anos da cooperação, os oficiais de ligação – uma espécie de diplomatas que respondem ao gabinete de relações exteriores e cooperação e ao departamento e informações policiais em Portugal – tinham alguma intervenção direta na seleção local dos alunos. Ao entrevistar vários oficiais em 2015, verifiquei que a sua intervenção se tornou residual em alguns países e, em outros, nula. Os alunos cooperantes defendem ter passado por testes físicos, de conhecimento académico e médicos nos países de origem, mas não existe uniformidade ou controlo deste recrutamento por parte do ISCPSI. Nas biografias e relatos de cadetes e oficiais é possível constatar que os alunos recrutados são aqueles que se encontram nos países de origem mais próximos das informações privilegiadas sobre este e outros protocolos de cooperação, não necessariamente os mais bem qualificados academicamente. O seu recrutamento nem sempre é realizado através de provas de mérito. Não por acaso, muitos dos recrutados de Moçambique e Angola, depois de terminarem o CFOP, vão ocupar cargos administrativos na área de recursos humanos ou exercer cargos de confiança política em gabinetes de gestão nos comandos metropolitanos e nos ministérios do interior. Eles serão oficiais intermédios que vão tentar disputar o poder dos altos oficiais, muitos antigos generais do exército com grande influência política.

Em Cabo Verde, e muito mais moderadamente em São Tomé, os jovens oficiais que passam pelo ISCPSI podem almejar uma influência mais administrativa, em geral menos sujeita a inusitadas promoções e despromoções políticas. Estando dependente do CFOP para formar os oficiais que poderão vir a ocupar os seus cargos mais elevados, a Polícia Nacional de Cabo Verde segue de perto as normas burocráticas usadas em Portugal. Assim que se formam e regressam ao país, os oficiais começam por comandar pequenas esquadras e de acordo com uma paciente espera e treino vão progredindo lentamente para categorias e postos de maior responsabilidade, primeiro de nível operacional e depois administrativo. São Tomé é um caso particular. É o único país em que os cadetes recrutados são, em princípio, finalistas do ensino secundário. Tendo uma composição de polícias de base muito pouco alfabetizada, e dado o insucesso académico de vários polícias que foram cadetes no CFOP, o ISCPSI passou a demandar o envio alunos mais letrados como condição de manutenção do protocolo. Dada a importância desta cooperação, pela falta recursos próprios para garantir um treino superior (como no caso de Cabo Verde), a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe acatou a demanda. Isto gerou uma situação singular: em alguns anos São Tomé é o país que mais envia mulheres para o CFOP, revelando-se estas boas finalistas escolares e, frequentemente, exemplo de boas cadetes no instituto. No caso dos alunos brasileiros, como estamos a tratar de cursos de pós-graduação/mestrado, oferecidos como complemento a uma formação de tipo superior prévia, a seleção dos alunos, todos eles oficiais de polícia experientes, é curricular e tem por base um projeto de tese científico, sem necessidade de recurso a testes médicos e físicos.

A tibia influência do ISCPSI no recrutamento dos cadetes africanos contrasta com o processo apertado e extremamente seletivo realizado em Portugal (Durão 2004). Tem sido defendido que o mérito académico não é o principal fator para o recruta-

mento das polícias nos países africanos. Processos selectivos no recrutamento tendem a refletir a subordinação das forças policiais ao poder presidencial e a designação de homens de confiança, nomeadamente parentes próximos, para os cargos de oficiais superiores (Hills 2007). Na literatura da especialidade, são frequentes as referências claras ao uso recorrente e extensivo da violência e corrupção das forças policiais em diversos países da África subsaariana (Hornberger 2007; Beek 2012; Biecker/Schlichte 2013; Göpfert 2012; Peth 2013; White 2013). Mas o que vemos no processo aqui estudado é algo diferente. O alijamento do agente formador (o ISCPPI) no processo de recrutamento dos alunos com estatuto especial, porque cooperantes, evidencia que estamos perante uma forma de apoio que evita questionar as políticas de funcionamento das instituições homólogas e dos seus estados soberanos em África. Por um lado, tem uma relação distante com os países protocolados na fase do recrutamento e, por outro, convida os sujeitos cooperantes a um mergulho ontológico durante a formação. Isto permite compreender ainda que dos cooperantes não se espera mérito à chegada, mas sim que estes possam ser formados com as virtudes do mérito do polícia português. Em termos de experiência cotidiana, nas relações de aprendizagem e interpessoais, vamos deparar com diferenças que resultam deste inquestionado recrutamento. Por um lado, os cadetes africanos são muito menos jovens do que os muito jovens recrutados em Portugal. Por outro lado, muitos deles usufruem de uma experiência de trabalho nos países de origem que não é tida em conta num curso que visa criar o sujeito de virtude *a priori*, ante a prática, e não como reflexão sobre a prática. Até certa medida, mas em muito menor extensão, diferenças semelhantes são percebidas pelos poucos cadetes nacionais que sendo da carreira de agente e, sobretudo, chefes passam na estreita malha de recrutamento de nacionais do ISCPPI. Mas no caso dos cooperantes é bem mais complexo. No âmbito da formação, tudo o que podem fazer é pensar as suas polícias nacionais e o policiamento à luz do virtuosismo português.

## Lusofonia e língua

O elemento fundador da cooperação policial e que alimenta a dimensão simbólica da pedagogia no ISCPPI e em particular no CFOP é a lusofonia. Esta é uma segunda característica a tratar. A cooperação pedagógica, dinamizada há mais de duas décadas, tem sido reinvestida nos últimos anos com base na justificação de um património comum: a língua. Neste contexto, a lusofonia é pensada a partir de Portugal e é, ao mesmo tempo, condição de possibilidade da manutenção de uma memória nacionalista apoiada nas conquistas e controlo ultramarino.<sup>10</sup> No país, a lusofonia gera com

<sup>10</sup> Em Portugal, o português como idioma nacional está indissociavelmente relacionado à apropriação que dela faz o estado no período de consolidação do discurso nacionalista clássico da história moderna do país, no século XIX. Segundo Thomaz e Nascimento (2014), a língua e o controlo efetivo de territórios distantes constituem as linhas mestras da construção de uma história que conectaria o Portugal moderno com um período que passaria então, a partir da segunda metade do século XIX, a ser celebrado retroactivamente como a Era das Navegações.

frequência, à esquerda e à direita do espectro político, intensos debates públicos, carregados de grandiloquência – como, por exemplo, o que cindiu em dois os opositores e apoiantes do acordo ortográfico. Tais debates são muitas vezes destituídos de projetos de promoção do desenvolvimento em países que têm a língua portuguesa como língua oficial (Thomaz/Nascimento 2014). Em boa medida, a lusofonia permite criar uma ideia de virtude atemporal, baseada num imenso património estético difundido pelo mundo a partir do pequeno país europeu. No final dos anos 1960, com a decadência do projeto colonial português em África, foi sendo gerada a ideia de um vínculo ultramarino inquebrável através da lusofonia, inventando-se assim uma ambiciosa mas obscura contiguidade entre espaços geográficos – o que alguns autores vieram a designar por lusotopia (Pina-Cabral 2014). Os protocolos de cooperação entre o estado português, africanos e brasileiro (também incluindo em alguns momentos Timor Leste), baseados na ideia de partilha de uma matriz ideal lusófona, são o corolário normativo e político da manutenção da ideia de que existiria um “modo português de estar no mundo” pós-colonial, capaz de sobreviver virtuosamente ao fim do império.

É evidente que o sistema de formação de oficiais do ISCPSI, em cinco anos consecutivos, difere daquele que vigora na maior parte dos cursos homólogos oferecidos noutros países europeus. Em geral, o modelo é o de um ensino suplementar de dois anos oferecido a alunos previamente graduados, sobretudo em direito. Esse é o projeto de ensino veiculado em Espanha, por exemplo. A longevidade dos protocolos estabelecidos pelo ISCPSI e a duração do curso cria uma série de possibilidade de ligações e afetos. Não é pouco frequente ouvir os cadetes africanos declararem publicamente o orgulho ser “iscpsianos”, manifestando-se pupilos desta instituição policial. Todavia, esta forma de cooperação concorre com outras no mapa geopolítico das nações africanas.<sup>11</sup> A posição da cooperação portuguesa no eixo da formação de oficiais de polícia permite ela mesmo relativizar a importância da língua como elo fundamental da procura de apoio por parte dos países africanos. Ou seja, este tipo de cooperação está longe de sustentar na prática um espaço ou comunidade lusófonos comum, mas faz antever um esquema de cooperação em redes de relações, muitas vezes pessoais, frequentemente frágeis e sem implicações de continuidade política e institucional. Depois de passarem pelo ISCPSI pouco se sabe dos cooperantes, referem oficiais com responsabilidades na instituição. Cada um seguirá o seu rumo nas respectivas polícias nacionais com as quais a PSP ela mesma mantém uma relação de distância institucional. Ainda assim, Portugal insiste num modelo de cooperação que assenta na ideia de uma comunidade linguística, espalhada pelo mundo mas unida por um idioma que,

<sup>11</sup> Para me restringir aos países que entram nesta forma de cooperação, sabe-se que Cabo Verde estabeleceu protocolos de formação policial com Portugal e Espanha; São Tomé e Príncipe assinou protocolos da mesma natureza com Portugal, Taiwan, Cuba e Angola; Angola tem promovido protocolos com Portugal, Espanha, Cuba, Brasil, África do Sul, Rússia e Estados Unidos; e Moçambique assinou protocolos com Portugal, China e Suazilândia. Esta lista de cooperações não será, no entanto, exaustiva, sendo ainda de contar com alguns elementos das polícias africanas que poderão ter frequentado formações militares internacionais.

no final, para africanos e brasileiros não significa o mesmo. Como referiu um outro aluno cabo-verdiano a frequentar o 3º ano do CFOP:

A língua portuguesa não é uma língua, são várias línguas. Mas no instituto partem automaticamente do princípio que a gente tem de entender e trabalhar com o português de Portugal. No primeiro ano, para muitos de nós, é difícil até entender o que os professores falam, já para não falar do que ensinam nas aulas (cit. em Durão/Oliveira 2014: 835).

Para os cooperantes, a insistência na lusofonia revela-se o seu calcanhar de aquiles. Vários alunos que entrevistei haviam reprovado no primeiro ano do curso, um dado conhecido por todos os responsáveis do ISCPSI. Saudades de casa, choque cultural, sensação de reclusão contavam para o insucesso. Mas o que pesava mais na contenção do processo cognitivo, diziam, era a lenta adaptação linguística. Ou seja, o elemento que agrega idealmente o princípio virtuoso é o mesmo que separa os considerados mais dotados de recursos linguísticos dos menos dotados. No ISCPSI, a marca nostálgica de um empreendimento moral simbólico de expansão da lusofonia surge por intermédio da disciplina de história e cultura portuguesas que celebra junto de alunos nacionais e cooperantes, no terceiro ano do CFOP, os grandes feitos da nação portuguesa. Ensinar o poema épico quinhentista *Os Lusíadas* de Camões, como é feito na disciplina, significa transmitir, a oficiais de estado o domínio cultural e linguístico de Portugal nesse mundo. “Aqui *eles* [os cooperantes] têm a oportunidade de aprender o bom português, o original”, disse-me uma vez a professora de cultura portuguesa. A depreciação de partida do seu português falado e escrito criava nos cooperantes uma sensação de incómodo: uma padronização nas avaliações feitas pelos professores do ISCPSI. A cada semestre, nas listas de resultados dos alunos, com a burocracia tecendo a sua malha diferenciadora, observa-se uma divisão clara entre o grupo dos alunos nacionais, mais bem classificados, e os cooperantes, sistematicamente menos bem classificados e sempre colocados no fim. O mérito, no caso dos cooperantes, é avaliado pela sua não-natividade portuguesa. A concordância com o português falado em Portugal é praticamente uma impossibilidade para eles, muitos até com maior familiaridade com outras línguas nacionais ou dialectos locais.

Não admira que aos cooperantes incomode, também, a palavra PALOP, como frequentemente são denominados, coletiva ou individualmente. “Temos nome”, dizem, “porque não me chamam pelo meu nome?”. Quando em Portugal, os cooperantes recusam ser considerados meros objectos políticos de uma intervenção virtuosa pós-colonial e a sujeição à nostalgia imperial. Quando questionados, nos países, sobre o que pensam ter adquirido com a experiência ISCPSI, os cadetes falam de uma “bagagem técnico-policial” que não lhes seria proporcionada nos países de origem. Aproveitaram no ISCPSI, como noutros lugares, os treinos de formação avançada proporcionados pela cooperação. Mesmo Moçambique e Angola, países que criaram ao longo dos últimos anos academias superiores de polícia, com apoios da cooperação internacional, não conseguem garantir treinos para grande parte dos polícias. Moçambicanos e an-

golanos falam em sacrificar-se, a si, por uma possível ascensão burocrática e política num estado do qual esperam abusos mas também benefícios, para as suas vidas e as de seus parentes. Muitos decidem passar cinco ou seis anos longe de casa não apenas pelo objetivo técnico profissionalizante. Passar por um curso de longa duração, sacrificado, pode oferecer-lhes a possibilidade de se manterem nas capitais dos países, mais próximos dos comandos de polícia e dos ministérios do interior, hábeis em captar para si cargos administrativos que lhes permitam fugir a regiões rurais onde consideram muito precárias as condições materiais de trabalho e vida e onde relatam que a relação entre policiamento e a resolução dos dilemas da feitiçaria é permanente. Neste contexto, o sacrifício pode ser analisado como idioma pós-colonial e pós-lusófono na medida em que traduz simultaneamente uma gramática de existência e de resistência no mapa das cooperações internacionais policiais em que mergulham. Os cadetes são constantemente tentados a abandonar um curso que não é feito para eles, a pensar neles, na sua força policial ou sociedade.

Através da língua, uma nação e um estado, agora convertidos à Europa, recuperam um imaginário português que se auto-referencia para dar lições de polícia aos países considerados lusófonos. Numa polícia civil e urbana, com base em saberes científicos e legais actualizados, é perpetuada uma pedagogia lusotópica com base no passado de um império colonial tardio em África ou, como diria o filósofo Eduardo Lourenço, uma “euforia cultivada” (Lourenço 1994: 21). Ao mesmo tempo, esta é a mesma polícia que se propõe estabelecer trocas bilaterais com polícias homólogas brasileiras, tendo a língua como aspecto facilitador mas não como agente de avaliação de mérito.

Quando portugueses se referem aos brasileiros, evocam a ideia de um mundo *em* português, não de um “mundo português”. Este dado altera a concepção e dinâmica das cooperações em jogo no ISCPsi. No caso dos PALOP observa-se fundamentalmente uma cooperação pedagógica para a formação de sujeitos de virtude, oficiais que vão interiorizar e transportar para os seus países a lógica da polícia portuguesa. Já no caso dos polícias brasileiros a frequentar os cursos de mestrado não integrados do ISCPsi observamos o que poderia chamar-se uma diplomacia em espelho. Estes altos policiais (oriundos das mais diversas forças de polícia no Brasil) são eles mesmos considerados sujeitos de virtude pela instituição que os acolhe. Com eles se opera uma troca entre iguais, traçando redes diplomáticas de circulação de profissionais que são facilitadas pela fala em português mas que não assentam na ideia de lusofonia como empreendimento moral que é lançada aos cooperantes. Num plano mais lato, no Brasil, o debate em torno da lusofonia é inexistente. Não se atribui qualquer autoridade específica a Portugal com relação à língua (Thomaz/Nascimento 2014). Aliás, um dos debates atuais promovidos por linguistas e historiadores procura promover a proximidade entre o português arcaico e as línguas do grupo banto que resulta no português falado no Brasil (Scarrone 2015). Nos contextos africanos, há variações. Para dar apenas dois exemplos, no caso de Moçambique a “língua do colonizador” surge ainda como um fantasma e a expansão do seu uso na pós-independência está associada a elites locais e aparatos do estado, esta alimentando uma oposição rural versus urbano consolidado



ao longo do período colonial. No caso de Angola o alcance de uso do português é mais transversal, embora com processos de apropriação muito variados e criativos. Em São Tomé e Cabo Verde, o português tem uma face oficial e outra falada, com a criação de crioulos que traduzem em boa medida as diásporas (*idem*).

## 5. CONCLUSÕES: VIRTUOSISMO PÓS-COLONIAL

A pedagogia pela imagem e pelo exemplo da polícia portuguesa traduz-se em rotinas de treino, formação, formaturas, sessões de esclarecimento e transmissão de normativas, com o fim de elevar o sentido profissional (sentido de disciplina e dedicação individual) mas também reforçar a imagem da instituição junto ao Estado e à nação. Neste sentido, esta é uma necessidade recorrente das polícias, particularmente incentivada em períodos históricos em que foi preciso restaurar a autoridade e a identidades das forças. Esta ideia não é apenas um processo associado ao estado democrático e adesão à União Europeia. Já na transição do século XIX para o XX, foi necessário encorajar no polícia o sujeito virtuoso que pudesse transmitir aos demais subordinados e cidadãos a noção de um estado e de um nacionalismo fortes (Berlière 1990; Gonçalves 2012).<sup>12</sup> De novo, no período do final do século XX, a PSP estaria dependente da recriação da imagem do polícia oficial virtuoso que ajudasse a reafirmar a polícia na nova ordem democrática. Estes formatos voltados para a virtude individual diferem em grande medida das academias de polícia norte-americanas de inspiração mais claramente militarista e pragmática (Moskos 2008) ou do que tem sido descrito como “pedagogias do sofrimento” em polícias militares no Brasil (França/Gomes 2015). Um novo tempo surgiu entretanto, o da cooperação lusófona.

Se as relações coloniais tardias findaram, em vários casos com as guerras da independência nos anos 1960 e depois os acordos de paz, do prisma da polícia e do estado, o “mundo português”, revisto na cooperação dirigida para as antigas colónias, parece ter-se reconfigurado, a partir dos anos 1980. Não mais se tratava de ser uma potência, nem mesmo na cooperação, mas sim uma pedagogia, a quem poderia ensinar: o seu próprio processo histórico convertido em lição virtuosa. Mesmo se no plano genérico do imperativo humanitário da dádiva, como diriam Mosse & Lewis (2005), a estratégia global da cooperação internacional lusófona não esconde o viés nacionalista: “O objetivo é afirmar Portugal no mundo e defender os interesses dos portugueses” (Alves 2005: 15). A experiência da lusofonia é porventura o principal eixo da diplomacia policial do ensino policial e mesmo do conjunto do ensino secundário em Portugal (Costa/Faria 2012). A cooperação policial foi desenhada com fins de ajuda ao desenvolvimento, vendo-se obrigada a mergulhar na era da “razão humanitária” (Fassin 2011). Além das missões em países estrangeiros, uma boa fatia desta política é dedica-

<sup>12</sup> Uma revisão histórica desta temática abrangendo todo o contexto Europeu pode ser encontrada em Clyve Emsley (2007).

da ao campo da educação e concessão de bolsas de estudo (Alves 2005).<sup>13</sup> No caso dos PALOP, tal significou atrair para a antiga metrópole uma parte daqueles que irão ser futuros oficiais de polícia nos países de origem, ajudando na formação de novos quadros. Embora não substituindo a presença de generais nas polícias nacionais africanas, o ISCPSI alimenta a ideia de que forma sujeitos de virtude, tecnicamente e humanamente preparados, voltando a casa convertidos a uma democracia simbolizada pela constituição portuguesa e num imaginado passado em comum. Para os países receptores, a dádiva da cooperação converte-se então numa obrigação em receber, nos seus próprios termos e modelos. Pode ser manipulável o recrutamento mas não o princípio de unidade virtuosa pós-colonial imposta através de uma nostalgia imperial lusófona. Nesta medida, o processo está longe de forjar um espaço ou comunidade lusófonos; apoia-se em redes de pessoas e funcionários de estado que circulam, entre países africanos, o Brasil e Portugal, apoiando-se na língua como aspecto histórico e conjuntural. Na prática e simbolicamente, a língua facilitadora é a mesma que revela um processo de complexificação de relações desiguais e até a justificação de uma ordem social e ética superior baseada numa noção de natividade nacionalista.

Nas ciências sociais, a discussão sobre a transição das sociedades coloniais para pós-coloniais tem merecido uma crítica contundente já que o analista não deve ceder à percepção linear que estima o fim de uma era e a entrada em uma outra. No sentido de sobreposições históricas de tempos e biografias, modelos e práticas de estado tem sido relativizada a interrupção da ordem e hierarquia das relações transnacionais (Commaroff/Commaroff 2006). Mas aqui chamei a atenção para como novos nacionalismos, nomeadamente os que emergem de novas configurações geo-políticas, como aquela que leva Portugal a ser estado membro na União Europeia, se fazem acompanhar de relações internacionais de cooperação estratégicas com base em formulações coloniais. Mais do que fundamentada em apoios ou trocas acerca do que é e deve ser o policiamento no mundo, as formas de cooperação aqui escrutinadas revelam reconfigurações presentes, numa nova ordem internacional, de relações encetadas no tempo colonial. É nesse sentido que defendo a noção de virtuosismo pós-colonial como movimento pedagógico do Estado português, neste caso por intermédio da instituição policial. O virtuosismo sublinha não só as exaltações morais do treino profissional de quadros, oficiais e potenciais líderes de polícias nacionais ou estaduais (a portuguesa, as africanas e as brasileiras), mas também os dilemas inconclusivos do estatuto de Portugal no (antigo) “mundo português”. A dinâmica dá-se a ver, como lemos até aqui, exatamente por intermédio dessa formação moralmente exaltada que se situa no ISCPSI e que ensina aos cooperantes um *modo português de ser polícia*.

<sup>13</sup> Como refere o autor, além de frequentarem permanentemente o CFOP, a maioria dos cursos oferecidos pela PSP integram alunos PALOP. Dificilmente estes acedem a treinos técnicos nos países de origem. Os cooperantes são assim recrutados nos estágios para comando e direcção, cursos de promoção a subintendente, cursos de promoção a oficial de polícia e a comissário, cursos de promoção a subchefe, cursos de especialização diversos (organização processual de inquéritos, segurança pessoal, operações especiais, serviço policial urbano, ordem pública, cinotécnica, etc.).

Neste texto defendi a noção de virtuosismo pós-colonial (e não neo-colonial, por hipótese), porque esta permite melhor definir as influências globais de uma pedagogia situada num momento histórico que não se confunde com o tempo do império. Embora envolvendo uma política de redes bilaterais de países e de pessoas com origem em relações estabelecidas pela colonização portuguesa, a cooperação tem uma extensão humanitária e surge quando o Estado português ele mesmo se converteu à democracia e à Europa das nações, situação a partir da qual se considera que está apto a dar lições de exemplaridade ao “mundo português”. Sem estabelecer um paralelo linear, sugiro neste texto uma atualização, dada por reformas de estado num contexto democrático e diplomático novo, das reflexões de Cláudia Castelo (1998). Para a autora, “o modo português de estar no mundo” é o denominador comum aos debates e textos de intelectuais e políticos influentes do Estado-Novo (entre 1933 e 1966) ao reclamarem para o povo português aspectos virtuosos centrais do luso-tropicalismo, teoria de Gilberto Freyre que defende um ideal de especificidade branda do colonialismo português. Em várias dimensões contemporâneas estes valores continuam a vigorar no discurso político e cultural em Portugal. A pedagogia virtuosa impressa na cooperação que ensina um modo português de ser polícia é uma boa ilustração.

Trata-se da exaltação de um “mundo português” num projeto de polícia nacional, onde Portugal é ele mesmo e um outro. “Os cooperantes são hoje parte integrante do ISCPSP; dão cor a tudo isto”, repetem os professores numa visita simplificada de valores luso-tropicalistas. Por isso, cada cooperante não é como qualquer aluno internacional; é objeto de ensino moral de polícia em português e sobre o mundo português. A lição é possível porque cada cooperante é visto em abstrato como parte de uma história de dominação e de redes e, simultaneamente, quem está em posição de ouvir lições contemporâneas, como se não houvesse passado mas só futuro, do estado português. Uma relação em espelho surge, mais recentemente, entre portugueses e os alunos brasileiros. Este texto permitiu assim compreender várias políticas e morais pedagógicas bem como apreensões subjetivas e de uma língua que nunca é apenas uma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Flávio dos Santos (2005): “Oficiais de Ligação da PSP na Cooperação Policial Internacional”. Dissertação final do Curso de Direção e Estratégia Policial, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSP) & INA-Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas.
- Beek, Jan (2012): “‘There Should Be No Open Doors in the Police’: Criminal Investigations in Northern Ghana as Boundary Work”. Em: *Journal of Modern African Studies*, 50, 4, pp. 551-572.
- Berlière, Jean-Marc (1990): “La Professionnalisation: revendication des policiers et objectif des pouvoirs au début de la III<sup>e</sup> République”. Em: *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, XXXVII, pp. 398-428.

- Biecker, Sarah/Schlichte, Klaus (2013): *Policing Uganda, Policing the World*. (Working Paper nº 2 of the Priority Programme 1448 of the German Research Foundation). Em: <[http://www.spp1448.de/fileadmin/media/galleries/SPP\\_Administration/Working\\_Paper\\_Series/SPP\\_1448\\_WP2\\_Biecker-Schlichte.pdf](http://www.spp1448.de/fileadmin/media/galleries/SPP_Administration/Working_Paper_Series/SPP_1448_WP2_Biecker-Schlichte.pdf)> (20.12.2014).
- Castelo, Cláudia (1998): *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Cerezales, Diego Palacios (2010): “Repressive Legacies and the Democratisation of Iberian Police Systems”. Em: *South European Society and Politics*, 15, 3, pp. 429-448.
- Comaroff, Jean/Comaroff, John (eds.) (2006): *Law and Disorder in the Postcolony*. Chicago: University Of Chicago Press.
- Costa, Ana Bénard/Lima, Margarida Faria (2012): *Formação Superior e Desenvolvimento. Estudantes Universitários Africanos em Portugal*. Coimbra: Edições Almedina.
- Costa, Alberto (2002): *Esta (Não) é a Minha Polícia*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Durão, Susana (2004): “Quando as mulheres concorrem e entram na polícia: a óptica Etnográfica”. Em: *Etnográfica*, VIII, 1, pp. 57-78.
- (2008): *Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia em Lisboa*. Coimbra: Almedina.
- (2012): “Policamento de proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora”. Em: Durão, Susana/Darck, Marcio (eds.): *Polícia, Segurança e Ordem Pública. Perspectivas portuguesas e brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp.101-134.
- (2016): *Esquadra de Polícia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Durão, Susana/Oliveira, Joana (2014): “Comunidades de saber: Percurso de um cadete entre Moçambique e Portugal”. Em: *Cadernos de Pesquisa Carlos Chagas*, 44, 154, pp. 828-849.
- Emsley, Clive (2007): *Crime, Police & Penal Policy: European Experiences 1750-1940*. Oxford: Oxford University Press.
- Fassin, Didier (2011): *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*. Berkeley: University of California Press.
- (2014): “Can States be Moral? Preface”. Em: Fassin, Didier (ed.): *At the Heart of the State: The Moral World of Institutions*. London: Pluto Press, pp. viii-ix.
- (2015a): “Introduction: Toward a Critical Moral Anthropology”. Em: Fassin, Didier (ed.): *A Companion to Moral Anthropology*. Oxford: John Wiley & Sons, pp. 1-17.
- (2015b): “Maintaining Order: The Moral Justifications for Police Practices”. Em: Fassin, Didier (ed.): *A Companion to Moral Anthropology*. Oxford: John Wiley & Sons, pp. 93-116.
- França, Fábio G./Janaína L. Gomes (2015): ‘Se não aguentar, corral!': Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar”. Em: *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 9, 2, pp. 142-159.
- Göpfert, Mirco (2012): “Security in Niamey: an Anthropological Perspective in Policing and an Act of Terrorism in Niger”. Em: *Journal of Modern African Studies*, 50, 1, pp. 53-74.
- Gonçalves, Gonçalo Rocha (2012): “‘Preleções’, ‘teorias’ e as dinâmicas da formação dos polícias civis em Lisboa, 1867-1910”. Em: *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 12, pp. 323-342.
- Hills, Alice (2007): “Police Commissioners, Presidents and the Governance of Security”. Em: *Journal of Modern African Studies*, 45, 3, pp. 403-423.
- Hornberger, Julia (2013): *‘Don’t Push This Constitution Down My Throat!’ Human Rights in Everyday Practice: An Ethnography of Police Transformation in Johannesburg, South Africa*. Tese de Doutorado. Utrecht: Universiteit Utrecht.
- Katane, David (2002): “Police, Population et Quartiers Sensibles. Une Sémantique à Questionner”. Em: *Les Cahiers de la Sécurité Intérieure-Quartiers Sensibles Ici et Ailleurs*, 49, pp. 57-78.

- Lambek, Michael (2015): "Religion and Morality". Em: Fassin, Didier (ed.): *A Companion to Moral Anthropology*. Oxford: John Wiley & Sons, pp. 341-358.
- Lourenço, Eduardo (1994): *A Europa e Nós ou as Duas Razões*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Monet, Kean-Claude (2006 [2001]): "Os 'modelos' de polícia na Europa". Em: Monet, Jean-Claude (org.): *Polícias e Sociedades na Europa*. São Paulo: Edusp, pp. 79-102.
- Moskos, Peter (2008): *Cop in the Hood. My Year Policing Baltimore's Eastern District*. Princeton/Oxford: Princeton University Press.
- Mosse, David/Lewis, David (2005): *The Aid Effect*. New York: Pluto Press.
- Oliveira, José Ferreira (2006): *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Lisboa: Almedina.
- Paymal, François (2011): "La mise en place du concept de formation intégrale dans l'univers de l'école supérieure de police portugaise: o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna". Em: *Revista de Educação*, XVIII, 2, pp. 85-110.
- Peirano, Mariza (2003): *Rituais. Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Peth, Lisa (2013): "L'auto perception et l'éthique professionnelle des polices à Parakou/Bénin". Em: Bierschenk, Thomas (ed.): *La justice et la police dans la République du Bénin*. (Working Papers of the Department of Anthropology and African Studies of the Johannes Gutenberg University Mainz, 121b), pp. 26-30, <[http://www.ifeas.uni-mainz.de/Dateien/AP\\_121b\\_FRA\\_neu.pdf](http://www.ifeas.uni-mainz.de/Dateien/AP_121b_FRA_neu.pdf)> (20.12.2014).
- Pina-Cabral, João de (2014): "Lusotopia". Em: Sansone, Lívio/Furtado, Cláudio Alves (eds.): *Dicionário das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa*. Salvador: EDUFBA/Aba Publicações, pp. 305-308.
- Pinto, António Costa (2001): "Settling Accounts with the Past in a Troubled Transition to Democracy: the Portuguese Case". Em: Barahona De Brito, Alexandra/González Enríquez, Carmen/Aguilar, Paloma (eds.): *The Politics of Memory: Transitional Justice in Democratizing Societies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 65-91.
- Scarrone, Marcello (2015): "A língua portuguesa que falamos é culturalmente negra". Em: *Revista de História*, <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/yeda-pes-soa-de-castro>> (22.03.2016).
- Shaw, Martin (1991): *Post-Military Society: Militarism, Demilitarization and War at the End of the Twentieth Century*. Cambridge: Polity Press.
- Thomaz, Omar R./Nascimento, Sebastião (2014): "Língua". Em: Sansone, Lívio/Furtado, Cláudio Alves (eds.): *Dicionário das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa*. Salvador: EDUFBA/Aba Publicações, pp. 271-290.
- Widlok, Thomas (2004): "Sharing by Default? Outline of an Anthropology of Virtue". Em: *Anthropological Theory*, 4, 1, pp. 53-70.
- (2015): "Virtue". Em: Fassin, Didier (ed.): *A Companion to Moral Anthropology*. Oxford: John Wiley & Sons, pp. 186-203.

Artigo recebido: 27.04.2016

Artigo aprovado: 6.09.2016

| Susana Durão é professora associada do Departamento de Antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, São Paulo,

Brasil). É pesquisadora visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e do Institute of Advanced Studies em Princeton. As suas áreas de especialidade são a antropologia urbana e das organizações modernas. Interessa-se pelo estudo de burocracias policiais e policiamento, segurança pública e privada. Tem realizado trabalho de campo em Portugal e no Brasil. Recentemente publicou as seguintes obras: *Polícia, Segurança e Ordem Pública. Perspectivas portuguesas e brasileiras* (2012) e *Esquadra de Polícia* (2016).